

PROPOSTA DE 20 DIAS

AMPLIAÇÃO DA LICENÇA PATERNIDADE É VISTA COMO AVANÇO, MAS EXIGE ADAPTAÇÃO DE FAMÍLIAS E EMPRESAS

INGRIDY SILVA;
EDUARDA MARQUES;
ESTEFANI AMARAL /
ESTÁGIO DE JORNALISMO

A proposta que amplia a licença-paternidade de 5 para até 20 dias ainda não está valendo. O Projeto de Lei 3.935/2008 foi aprovado pela Câmara dos Deputados, mas só passa a ter efeito após nova análise do Senado e posterior sanção presidencial. Se aprovado sem mudanças, começaria a vigorar em 2027 de forma gradual. O advogado Altemar Dias da Gama destaca que a ampliação representa um avanço importante para as famílias. “É um avanço muito grande, que dá a oportunidade para o pai, uma proximidade

maior nos primeiros dias da criança podendo auxiliar a mãe, podendo estar ali perto, acompanhando e também ter esse vínculo familiar”, afirma. Para ele, o impacto não é apenas jurídico, mas afetivo. “Você ter a licença é algo, efetivar a paternidade é outra coisa”. Altemar

“
VOCÊ
TER A
LICENÇA É ALGO,
EFETIVAR A
PATERNIDADE
É OUTRA
COISA

lembra, que a mudança exige responsabilidade e debate sobre sua aplicação real tanto para pais quanto para empregadores. Nas empresas, a adaptação também é tema sensível. A gestora Luciana Pereira Alves explica que o benefício precisa ser entendido dentro da rotina corporativa. “Estamos vivendo um momento muito importante onde as empresas têm olhado mais para o profissional como ser humano”, diz. Para ela, a presença do pai traz vantagens diretas. “Se a pessoa recebe esse benefício e ela fica no âmbito familiar apoiando a mãe, isso para a mãe gestante é muito importante”. Apesar dos benefícios, Luciana avalia que o se-



FOTO: DIVULGAÇÃO

PROPOSTA AMPLIA A LICENÇA DE 5 PARA ATÉ 20 DIAS

tor produtivo vai precisar de tempo. “Estar pronto é uma palavra muito forte, porque precisa sim de uma adaptação”. Ela reforça que as empresas devem agir com responsabilidade: “É um direito após definido em lei, então que as empresas tenham um olhar muito cuidadoso para não tentar burlar ou fazer negociações, pois isso pode trazer problemas posteriores”.

O advogado Altemar Dias da Gama concorda que a transição exige atenção do empregador e lembra que existe também o impacto jurídico e organizacional. “Tem a folga, mas depois também tem a questão da estabilidade que deverá ser obedecida”. A proposta ainda aguarda votação no Senado, onde pode sofrer alterações antes de seguir para sanção.

FOTO: GILBERTO LEITE - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL



PROJETO DE LEI DE AUTORIA DO DEPUTADO DR. JOÃO

MODERNIZAÇÃO

Vai virar lei projeto que fortalece produção, inovação e logística do setor de fertilizantes

WESLEY SANTIAGO SILVEIRA /
GABINETE DO DEPUTADO

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) aprovou, em segunda votação, o Projeto de Lei nº 825/2024, de autoria do deputado Dr. João (MDB), que aprimora a Lei nº 12.777/2024 ao incluir novos objetivos estratégicos no Plano Estadual de Fertilizantes e estabelecer diretrizes específicas para a Política Tributária de Incentivo à Cadeia Produtiva do setor. O texto foi aprovado acatando o Substitutivo Integral nº 01. A proposta moderniza o marco legal dos fertilizantes em Mato Grosso ao definir como prioridades o aumento da produção interna de insumos, incluindo fertilizantes de eficiência aumentada, produtos orgânicos, organominerais, reminera-

lizadores e bioinsumos, a redução dos custos logísticos ao longo da cadeia produtiva e da distribuição, e a ampliação dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação, fortalecendo pesquisas, laboratórios e novas cadeias produtivas. O projeto também estabelece diretrizes claras para a política tributária voltada ao setor. Entre elas está a

possibilidade de o estado atrair novos empreendimentos industriais com políticas fiscais específicas, estimular a implantação de novas plantas de produção, criar centros tecnológicos dedicados ao desenvolvimento de tecnologias para fertilizantes e incentivar investimentos em infraestrutura logística, como a ampliação de malhas de gasoduto e melhorias no escoamento da produção. “O produtor rural precisa de previsibilidade, qualidade e preço justo nos insumos. Ao fortalecer a produção interna e atrair novas indústrias, reduzimos a dependência externa e preparamos o estado para um futuro mais sustentável e competitivo”, destacou o deputado. O projeto segue agora para sanção do governo do estado.

“
PRODUTOR
RURAL
PRECISA DE
PREVISIBILIDADE,
QUALIDADE
E PREÇO
JUSTO